

SOCIEDADE E INDUSTRIALIZAÇÃO

Para Vicentino; Dorigo (2005, p. 245), o Século XIX é essencialmente:

[...] marcado por tentativas de restauração da monarquia – agora sujeita à limitação imposta pelos opositores cada vez mais expressivos do absolutismo – e pela repressão aos movimentos de afirmação popular, em meio sucessivas conquistas políticas e sociais da população mais pobre. Em termos sociais e econômicos, pode-se observar a consolidação da burguesia, da industrialização e de um de seus principais feitos: a expansão imperialista e o conflito entre as nações, que, conforme sabemos hoje, desembocaria na grande guerra mundial de 1914 (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 245).

É possível identificar que estes autores (como muitos outros) atribuem de alguma forma peculiar importância à Industrialização (Revolução Industrial) e à forte classe do período – a burguesia. Neste sentido, pode-se entender como significativa a atenção que se dá também ao Capitalismo e ao Marxismo, visto que todos estes pontos citados encontram-se fortemente ligados.

Visto dessa maneira, é importante ressaltar que a compreensão de um implica no entendimento do outro e, portanto, este tópico da disciplina deve ser percebido, no mínimo, como dentro de um conjunto que inclui os próximos assuntos (Capitalismo e Marxismo).

O entendimento da Industrialização, ao menos no caso da França, deve ser vista como processo relacionado também à Revolução Francesa, considerando que diversos estudiosos identificam relação entre fatos que a constituíram e fatos que significaram grandes mudanças na Europa e no mundo e, portanto:

A Revolução Francesa acabou sendo tomada, no século XIX e mesmo no século XX, como modelo para os que pretendiam fazer outras revoluções contra as estruturas dominantes. E, de fato, para os revolucionários russos de 1917 [...], as ocorrências na França revelaram-se como inspiração e modelo (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 246).

Além disso, “a Revolução Francesa é comumente considerada uma prova definitiva da maturidade da burguesia, pois, com a queda do absolutismo e a tomada do poder político, sepultaram-se os últimos entraves ao capitalismo” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 249).

Voltando-se novamente ao assunto específico do tópico, cabe enfatizar que, como muitos outros processos históricos, também a Industrialização/Revolução Industrial não ocorreu de modo homogêneo pelo mundo (não foi homogêneo nem na Europa), como

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

ilustrado na afirmativa de Vicentino; Dorigo (2005, p. 248): “Haja vista o pioneirismo inglês: embora tenha ocorrido num ritmo muito mais rápido que a industrialização francesa, por exemplo, o processo na Inglaterra foi, por sua vez, mais lento que o norte-americano, ocorrido posteriormente”.

É, portanto que aqui se busca as diferenciações e/ou semelhanças entre os processos de Industrialização na Europa, América do Norte, América Latina e Brasil, a fim de proporcionar uma noção geral de causas, conseqüências e contradições.

O PIONEIRISMO DA INGLATERRA

Para os autores anteriormente citados:

O processo de desenvolvimento capitalista, intensificado pela revolução comercial dos séculos XVI e XVII, estava, até então, ligado à circulação de mercadorias. A partir da segunda metade do século XVIII, entretanto, iniciou-se na Inglaterra a **mecanização industrial**, desviando a acumulação de capitais da atividade comercial para o setor de produção. Esse fato trouxe grandes mudanças, tanto de ordem econômica quanto social, que possibilitaram o desaparecimento dos restos das relações e práticas feudais ainda existentes e a definitiva implantação do modo de produção capitalista (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 286).

Para Vicentino; Dorigo (2005, p. 286) o pioneirismo da Inglaterra com relação a este processo está vinculado ao fato de tal país ter obtido maior acúmulo de capital durante o período do capitalismo comercial, externamente ter alcançado sucesso colonial e internamente ter vivenciado “[...] transformações significativas na sociedade e na economia inglesas, com a implantação de um poderoso sistema bancário e as grandes mudanças no meio rural”. E assim, a mecanização, experimentada primeiro pela indústria têxtil (Exemplos: máquina de fiar e máquina a vapor), rapidamente passou a ser utilizada também no setor metalúrgico. Porém, de uma maneira geral, procura-se demonstrar que a Revolução Industrial da Inglaterra tal como aconteceu foi determinada por fatores internos e externos.

Os reflexos desta revolução foram sentidos de modos diferentes em cada lugar da Europa, os quais apresentam diferenças no processo de Industrialização, acima de tudo, por suas diferentes características políticas.

Esclarece-se que:

UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

Tendo se originado na Inglaterra, a Revolução Industrial logo alcançou o continente e o resto do mundo, atingindo a Bélgica, a França e posteriormente a Itália, a Alemanha, a Rússia, os Estados Unidos e o Japão. A expansão industrial estimulou o imperialismo do século XIX, uma grande corrida colonial por novos mercados – em alguns aspectos, semelhante ao colonialismo dos séculos XVI e XVII –, que culminaria com a Primeira Guerra Mundial (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 289).

Como entendimento sobre as conseqüências da Revolução Industrial, os mesmos autores defendem que a mesma:

[...] estabeleceu a definitiva supremacia burguesa na ordem econômica, ao mesmo tempo em que acelerou o êxodo rural, o crescimento urbano e a formação da classe operária. Inaugurava-se uma nova época, na qual a política, a ideologia e a cultura gravitariam entre dois pólos: a burguesia industrial e o proletariado.

Estavam fixadas as bases do progresso tecnológico e científico, visando à invenção e ao aperfeiçoamento constantes de novos produtos e técnicas para o maior e melhor desempenho industrial. Abriam-se também as condições para o imperialismo colonialista e a luta de classes, formando o conjunto das bases do mundo contemporâneo (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 291).

É neste contexto que se compreende a oposição entre burguesia e trabalhadores, bem como a organização de associações trabalhistas que se preocupavam com o fomento de idéias e teorias que, do ponto de vista do proletariado, se atentassem para o novo quadro social.

Finalizando-se os esclarecimentos acerca das noções básicas da Industrialização e seu processo na Europa, explica-se que a Inglaterra, portanto, tendo o poder econômico-financeiro mundial, expande sua indústria por meio da internacionalização não só dos conceitos de consumo e técnicas, mas também dos valores culturais ingleses. Neste sentido, pressiona a abertura dos mercados aos seus produtos, bem como à sua tecnologia, utilizando-se das idéias iluministas no que se refere às mudanças na economia, política, área jurídica etc.

ESTADOS UNIDOS: UMA OUTRA HISTÓRIA

Em cerca de 1860, os Estados Unidos encontravam-se divididos: o norte já estava delineado como industrializado e progressista, mas o sul, contrariamente, constituía obstáculo ao seu desenvolvimento.

No norte o interesse principal era enterrar a escravidão (com o objetivo de aumentar o número da mão-de-obra assalariada nas indústrias e, por conseguinte, baratear a produção e aumentar o mercado consumidor) e a elevação das tarifas alfandegárias (visto a preocupação em proteger sua indústria da concorrência externa).

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

Já no sul a produção visava o atendimento do mercado externo e, portanto, tinha interesse no livre-cambismo no que se refere às tarifas alfandegárias.

Considerando aspectos internos e externos:

O progresso industrial norte-americano foi acelerado pela vitória dos nortistas sobre o sul, levando o país a ultrapassar a França, a Alemanha e até a Inglaterra em produtividade e desenvolvimento econômico, transformando-se, já no final do século XIX, na primeira potência mundial. A prosperidade tornou-se atrativa à imigração, impulsionando o crescimento demográfico: de pouco mais de 30 milhões de habitantes em 1865, a população passou para mais de 90 milhões em 1914 (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 316).

Com esta ultrapassagem norte-americana, chega-se às intervenções militares na América Latina, quando:

[...] os Estados Unidos acabaram exercendo completa tutela econômica na região, processo que se integrou à sua crescente supremacia mundial. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), especialmente, e também depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos conquistaram a plena consolidação do seu progressismo, desbancando a tradicional liderança e hegemonia capitalista inglesa (VICENTINO; DORIGO, 2005, p. 317).

AMÉRICA LATINA

Enquanto na Europa o trabalho assalariado era introduzido, nas colônias relações sociais pré-capitalistas são adaptadas e fazem das mesmas uma extensão da possibilidade do lucro que, no caso delas, está baseado no trabalho escravo.

A América Latina apareceria, realmente, somente na última parte da Revolução Industrial da Europa e outras potências (Estados Unidos e Japão, por exemplo), quando surge o “colonialismo monopolista e as principais potências capitalistas terminam por repartir o mundo”. Assim, entre 1880 e 1900, no caso da América Latina, a exportação de capitais e a imigração em massa são base do surgimento das economias exportadoras capitalistas. (Catani, 1988, p. 85).

O mesmo autor (1988) explica que:

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras o modo de produção capitalista torna-se dominante na América Latina. Porém, *o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo* (CATANI, 1988, p. 105).

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

Neste sentido, a constituição da Nação (e, portanto, seu desenvolvimento econômico) se choca com a divisão do trabalho determinada em escala internacional que localiza a América Latina em um papel particular.

BRASIL

No Brasil particularmente é a formação do Estado Nacional que dá início à crise da economia colonial. Isto porque durante o período denominado colonial, fortemente orientado pela política mercantilista, proibi-se no Brasil qualquer produção que possa constituir-se concorrência à metrópole. Esta situação só se modifica no Segundo Reinado, quando há o investimento por parte de empresários, especialmente ingleses, em diversas áreas, dentre as quais transporte urbano e bancos.

A quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 evidenciou a fragilidade da dependência econômica relacionada à um único setor e, conseqüentemente, propulsionou uma política econômica fundamentada na desconfiança. Especificamente no Brasil, a política econômica delineia-se como industrialista, mas também nacionalista. Portanto, tomam-se medidas importantes em direção à industrialização ocorrida neste período¹.

De 1956 a 1961, com Juscelino Kubitschek no poder, assume-se a idéia de desenvolvimentismo em detrimento do nacionalismo de Getúlio Vargas. Desta forma, as novas práticas consistiam em estimular a diversificação econômica nacional por meio da indústria com investimentos externos e internos, o que resulta na superação da mesma no que se refere à média de crescimento em comparação a outros setores (Milagre econômico).

Tanto a alta dos juros quanto a crise do petróleo colaboram fortemente para a desaceleração da expansão industrial na década de 70. A economia brasileira entrou, por conseguinte, em um período de dificuldades cada vez maiores que culminam na recessão, cujo resultado foi a estagnação do crescimento econômico do país.

¹ Estas medidas dizem respeito à decisão de Getúlio Vargas, em 1931, de estabelecer indústrias de base com o objetivo de estimular a produção nacional dos bens de consumo em detrimento das importações.

SOCIEDADE E CAPITALISMO

Para Catani (1988), dentre as teorias que tem como objetivo explicar o Capitalismo, duas correntes se destacam:

1. Culturalista – representada por Max Weber, privilegia “fatores externo à economia” e, desta forma, “[...] o Capitalismo se constitui a partir da herança de um modo de pensar as relações sociais (as econômicas aí compreendidas) legada pelo movimento da Reforma na Europa: do protestantismo de Lutero e ainda mais do calvinismo” (Catani, 1988, p. 7).

Sendo, assim:

A idéia principal neste modo de pensar refere-se à extrema valorização do trabalho, da prática de uma profissão (vocação) na busca da salvação individual. A criação de riquezas pelo trabalho e poupança seria um sinal de que o indivíduo pertenceria ao grupo dos “predestinados”. O conjunto destas idéias formaria o fundamento de uma ética, elaborada pela Reforma, que implica a aceitação de princípios, normas para conduta, que seria a expressão de uma “mentalidade” e de um “espírito” capitalista. Torna-se evidente nesta concepção do Capitalismo a grande importância conferida a fatores culturais (CATANI, 1988, p. 7-8).

2. Histórica – representada por Karl Marx, aceita a existência de diversos e diferentes pontos de vista a partir dos quais se explica o(s) mesmo(s) conceito(s). Desta maneira entende-se “[...] Capitalismo como sendo um determinado modo de produção de mercadorias, gerado historicamente desde o início da idade moderna e que encontrou sua plenitude no intenso processo de desenvolvimento industrial inglês, ao qual se chamou Revolução Industrial” (CATANI, 1998, p. 8)².

Desta forma, além de incluir a produção de mercadorias, como sistema o Capitalismo implica na força de trabalho também como objeto de troca.

Para o autor (1988, p. 9) Marx entendeu que os pressupostos para a existência do Capitalismo consolidaram-se por meio do processo que promoveu mudanças nas relações econômicas que caracterizavam o Feudalismo e que, com o tempo, as destruiu para que o novo sistema surgisse. A partir daí é essencial para o Capitalismo uma situação particular em que há “[...] a concentração da propriedade dos meios de

² “Por modo de produção entende-se tanto o modo pelo qual os meios necessários à produção são apropriados, quanto as relações que se estabelecem entre os homens a partir de suas vinculações no processo de produção (CATANI, 1988, p. 8).

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

produção em mãos de uma classe social e a presença de uma outra classe para a qual a venda da força de trabalho seja a única fonte de subsistência”.

CORRENTE CULTURALISTA

Segundo Catani (1988) Max Weber, em sua concepção do capitalismo como moderna civilização ocidental pretendia a demonstração das diferenças entre Ocidente e Oriente, em especial, com relação à ciência (a qual só se encontrava, neste caso, em estágio válido no Ocidente) e a partir disso ele diferencia o tipo de capitalismo ocidental de outros.

Para o autor (1988, p. 13), Weber defendia que algumas características do Capitalismo era anteriores ao mesmo, mas que foi no Ocidente que tal sistema se configurou em sua plenitude, sugerindo que “[...] é na intenção sustentada pelo agente econômico que se deve buscar o elemento diferenciador do capitalismo ocidental”.

Assim, existiram dois atributos principais no capitalismo ocidental: a constituição de um mercado de trabalho livre formalmente e a utilização da contabilidade racional. A partir daí Weber teria defendido que “[...] sem estes dois atributos a moderna organização racional da empresa capitalista não teria sido viável no Ocidente”, além de acrescenta que “[...] o que lhe vai interessar são justamente as origens desse capitalismo burguês e sua organização racional do trabalho” (Catani, 1988, p. 14).

Desta forma:

De acordo com o pensamento weberiano, o capitalismo moderno pode ser caracterizado como um vasto complexo de instituições interligadas que trabalham com base mais na prática econômica racional do que na especulativa. Compreende, particularmente, empresas que operam com inversão de capitais a longo prazo; em uma oferta voluntária de trabalho no sentido jurídico da palavra; em uma divisão de trabalho planejada no interior das empresas e em uma distribuição das funções de produção entre umas e outras mediante o funcionamento de uma economia de mercado (CATANI, 1988, p. 14).

Com relação à influência das Reformas, do ponto de vista do autor (1988, p. 15), Weber teria buscado a compreensão dos princípios éticos que fundamentam o Capitalismo, isto é, constituem o “espírito” de tal sistema, afirmando que tais princípios éticos estariam presentes na teologia protestante em geral (porém com maior ênfase na calvinista) e:

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

[...] a partir daí formula sua hipótese básica de trabalho, segundo a qual a vivência espiritual da doutrina e da conduta religiosa exigida pelo protestantismo teria organizado uma maneira de agir religiosa com afinidade à maneira de agir econômica, necessária para a realização de um lucro sistemático e racional (CATANI, 1988, p. 15).

Isto significa que a posição protestante se opõe à posição cristã medieval também quando valoriza o trabalho como parte importante na salvação do homem, iniciando-se com Lutero e acentuando-se com Calvino quando:

[...] realiza-se uma recomendação ascética onde se prega a renúncia a todos os gozos e prazeres deste mundo. Segundo a pregação calvinista o homem deve combater sua tendência ao prazer e ao gozo, privando-se de todas aquelas coisas que não são estritamente necessárias para a sua subsistência ou para que possa levar um estilo de vida digno e seguro. O calvinismo condena tudo aquilo que considere supérfluo bem como todo tipo de pompa ou de ostentação. Em suma, o calvinismo condena, particularmente, tudo aquilo que implique desperdício ou esbanjamento (CATANI, 1988, p. 17).

É possível compreender, portanto que apesar de condenar o prazer e o gozo, o calvinismo valoriza o “espírito trabalhador”, através do qual se glorifica Deus (mas havendo prazer a consequência é contrária). Desta forma, o princípio ético do calvinismo que fundamenta o Capitalismo está na “[...] contabilidade diária de seu tempo, de maneira que não se desperdice um minuto sequer. O desperdício de tempo em conversas ociosas, em sonhos, numa vida social intensa, constitui peca mortal [...]” (Catani, 1988, p. 18).

Além da valorização do trabalho há também a valorização da riqueza, mas esta “[...] deve ser reinvestida, deve servir de estímulo para que sejam criadas novas formas de trabalho” (Catani, 1988, p. 18). É, portanto que:

Neste sentido, o capitalismo seria a cristalização objetiva destas premissas teológicas e éticas, segundo as quais o homem, em virtude de seu trabalho e da riqueza criada por este trabalho, encontra um modo sensível e concreto de conquistar sua salvação individual. Acabou-se por cristalizar no modo de produção capitalista a idéia de que o importante nesse mundo é trabalhar para criar riqueza, e criar riqueza não para o desfrute pessoal e esbanjamento, mas sim para que se crie novamente trabalho (CATANI, 1988, p. 18).

Desta argumentação é deduzido o estereótipo do empresário da modernidade que acumula o capital com o objetivo único de gerar mais riqueza em prol do “[...] enriquecimento da nação e o bem-estar geral” (Catani, 1988, p. 19).

CORRENTE HISTÓRICA

Catani (1988, p. 49-50) defende que o Capitalismo para Marx se desenvolveu “[...] a partir de uma forma anterior da sociedade de classe (feudalismo medieval), bem como a servidão da gleba da forma de produção original se transformou em trabalho assalariado”, o que teria acontecido em duas fases: “na primeira o pequeno produtor obteve a sua emancipação, parcial ou completa, das obrigações feudais que sobre ele pesavam” e “na segunda foi separado da sua propriedade dos meios de produção [...] e tornou-se dependente do trabalho assalariado para conseguir a subsistência”. Desta forma:

A fase crucial de ascensão do capitalismo é representada usualmente pela chamada “revolução industrial”, quando uma série de inovações técnicas que submetiam a potência mecânica – primeiro, a energia hidráulica, depois o vapor – à produção, transferindo-o da casa ou da oficina artesanal para a fábrica, tornando-o processo coletivo de dezenas e, mais tarde, de centenas de trabalhadores (CATANI, 1988, p. 52).

Dentro da corrente histórica, o Capitalismo apresenta-se, nas palavras do autor (1988, p. 19) “[...] como um modo de produção cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma *classe* distinta da sociedade” e, desta forma, “[...] a propriedade privada, divisão social do trabalho e troca são características fundamentais da sociedade produtora de mercadorias” (Catani, 1988, p. 20).

Com relação à divisão de trabalho, tal ponto de vista defenderia que devido ao fato de o indivíduo só poder assumir uma profissão, para manter-se é preciso que adquira os produtos produzidos por outros. Isto significa, portanto, que “como nesta sociedade cada pessoa tem uma profissão particular, todos dependem uns dos outros e isto decorre da divisão do trabalho no seio da produção mercantil” (Catani, 1988, p. 20). E desta forma determina-se que:

Os produtos dos diferentes trabalhos privados têm de ser, na sociedade capitalista, trocados. A troca é condição necessária para a subsistência de todos nesta sociedade, e a esse produto a ser trocado, resultado do trabalho, denomina-se mercadoria. Assim, um produto do trabalho torna-se mercadoria no quadro de condições sociais em que impere a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca, não podendo ser considerado como tal caso não se verifiquem estas três condições (CATANI, 1988, p. 20).

Por estes motivos a mercadoria é percebida como objeto que satisfaz alguma necessidade e que pode ser trocado por outro. Sendo assim, cada mercadoria corresponde à uma necessidade em especial (o que irá diferenciar uma mercadoria da

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

outra, portanto, será o seu **valor de uso**) e terá seu **valor de troca** caracterizado em relação à outras mercadorias (Exemplo: Uma calça é igual à duas camisetas).

Em contrapartida, as mercadorias têm em comum “[...] o fato de serem *produtos do trabalho*” e assim, “na troca, o trabalho particular do marceneiro e o do alfaiate tornam-se equivalentes”. Portanto, o comum entre “[...] todas as mercadorias não é o trabalho concreto de um ramo de produção determinado, não é o trabalho de um gênero particular, mas o trabalho humano *abstrato*, o trabalho humano em geral” (Catani, 1988, p. 20-21). Finalmente conclui-se sobre as mesmas que:

[...] toda mercadoria isolada é simultaneamente *valor de uso* e *valor de troca*, conforme for encarada como produto de um trabalho específico, concreto, útil (trabalho *concreto*, *individual*) ou como resultado de um trabalho diretamente equivalente (trabalho *geral*, *abstrato*). As mesas e o casaco diferem entre si na sua qualidade de valores de uso, mas como valores são equivalentes. Assim, as mercadorias têm que ser consideradas de um duplo ponto de vista, como valores de uso, por um lado, e como valores, por outro (CATANI, 1988, p. 23).

A partir daí, inclui-se na discussão a utilização do dinheiro, o qual representa a “[...] forma geral do valor, quando várias mercadorias diferentes são trocadas por uma só mercadoria determinada, finalizando pela forma de dinheiro do valor, em que o outro aparece como essa mercadoria determinada, como o equivalente geral” (Catani, 1988, p. 25). E neste raciocínio:

Embora o dinheiro seja apenas uma mercadoria especial, é uma mercadoria com uma função definida que se desenvolve através do processo de troca. As mercadorias específicas já não se defrontam mutuamente na troca, antes são permutadas por dinheiro. A troca, conseqüentemente, cinde-se em duas partes: a transformação da mercadoria em dinheiro (venda) e do dinheiro em mercadoria (compra). Assim, o dinheiro é o intermédio da troca de mercadorias, servindo como meio de circulação (CATANI, 1988, p. 30).

Com a inclusão da mercadoria “dinheiro”, compra e venda (troca) deixam de necessariamente ser simultâneas, sendo flexibilizadas, explicando-se que:

Esta circulação simples de mercadorias (M – D – M) é um processo completo em si, pois através dele um produtor troca a sua mercadoria por dinheiro que já não tem valor de uso para ele e com esse dinheiro compra mercadorias que satisfaçam as suas necessidades, mercados essas que para ele terão valor de uso (CATANI, 1988, p. 31).

É a partir desta constatação que Vicentino; Dorigo (2005) afirmam que a **mais-valia** corresponde estritamente ao valor da riqueza produzida pelo operário e, por conseguinte, trata-se da exploração do proletariado.

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

Utilizando-se novamente das palavras de Catani (1988), acrescenta-se que a origem da mais-valia não pode ser a simples circulação porque a mesma restringe-se às trocas equivalentes.

Desta forma, só é possível a mais-valia originada por uma determinada mercadoria cujo consumo também constituísse criação de valor, a qual surge a partir do momento em que os trabalhadores são separados dos meios de produção e passam a vender (e depender disto) sua força de trabalho à classe dos capitalistas em troca de salário.

A diferença desta mercadoria reside no fato de que o seu valor é orientado pelo valor da sua existência e, portanto, refere-se àquilo que é suficiente para que o trabalhador continue vivo e ativo (incluindo comer, dormir, se reproduza e correlatos). Então, tendo o capitalista comprado esta mercadoria ele também adquire o “direito” de consumi-la plenamente e:

Trabalhando 4 horas por dia (tempo de trabalho “necessário”) o trabalhador produz os seus meios de subsistência, ou um produto de igual valor ao de seus meios de subsistência. Entretanto, o operário é obrigado a trabalhar muito mais do que as 4 horas necessárias. Trabalha por exemplo 8 horas por dia, produzindo muito mais do que consome, *produzindo um excedente*. No exemplo citado, o operário produz durante 4 horas (tempo de trabalho “suplementar”) um “sobreproduto” não retribuído pelo capitalista, que constitui a *mais-valia*. Ou seja, o capitalista consome a força de trabalho fazendo com que ela trabalhe e produza durante um dia normal de 8 horas. Todavia, o *capitalista paga por 4 horas de trabalho, mas recebeu 8*. As 4 horas que não foram pagas, as horas de *trabalho excedente*, são a *mais-valia do capitalista*. Essa troca desigual, repetida milhares de vezes com milhares de operários ao longo dos anos, é a mola e essência deste sistema de exploração (CATANI, 1988, p. 37-38).

Isso, dentro do ponto de vista histórico, resultaria na luta de classes caracterizada pela dicotomia dominadores-dominados (originada na estrutura produtiva) que promove transformações sociais, visto que a ação do proletariado é concebida como “inevitável”. Tal ação consistiria, primeiramente, na ditadura do proletariado como modo de controlar o Estado, com o objetivo de eliminar a propriedade privada para que só então se chegasse ao comunismo, isto é, ao “[...] fim de todas as desigualdades sociais e econômicas, inclusive o fim do próprio Estado” (Vicentino; Dorigo, 2005, p. 297).

SOCIEDADE E MARXISMO

Entender o Marxismo e sua relação com a sociedade, seja do ponto de vista de emergência do mesmo ou de suas implicações nas diversas relações dos indivíduos, identifica-se aqui como um processo único.

Isto porque a compreensão dos dois aspectos implica, principalmente no caso de esclarecimentos sucintos, uma síntese que obtém nexos mediante a relação entre as duas questões.

Somado a isso, concorda-se aqui com a noção básica de duas posições tomadas pelo autor que se utiliza de base neste tópico, no sentido em que o mesmo concebe a obra de Marx (incluindo suas diversas interpretações) como:

[...] um projeto teórico complexo, produto da intervenção intelectual e política de gerações de homens que se dispuseram a elaborar a história e procuraram, com maior ou menor sucesso, respostas para os problemas mais angustiantes da sociedade moderna (NETTO, 1994, p. 07).

Além disso, entende-se ser possível que esta mesma obra de Marx, apesar de caracterizada por sua originalidade e necessidade, ser incompleta no que se refere à compreensão da realidade, do mundo e de sua revolução. Mas isso, segundo o autor (1994), constituiria a motivação essencial das investidas com relação às ações que seriam necessárias (baseadas no que foi deixado por Marx) fossem (ou sejam) esclarecidas e, também por isso, divide-se a interpretação da obra de Marx em diversas vertentes.

É oportuno, antes de apresentar a elaboração de Netto (1994) como base do conhecimento acerca do tema proposto, esclarecer a sua utilização.

Sem nenhuma perspectiva de valorização de um ponto de vista em detrimento do outro ou simplificação exagerada do assunto a ser estudado, há aqui a vontade e necessidade de apresentar esclarecimentos de modo objetivo, a fim de demonstrar ao aluno caminhos para o entendimento do conteúdo a ser abordado.

O livro de Netto (1994) de fato pode implicar, por diversas vezes, na necessidade de leituras extras para o real entendimento dos conceitos. No entanto, isso é também uma constante do conhecimento em geral que sempre precisa, indubitavelmente, ser ampliado, atualizado e buscado com frequência pelo futuro ou pelo próprio profissional.

Mas o que justifica o uso de obras deste tipo é sua capacidade de apresentar-se como, no mínimo, introdução bastante relevante, especialmente, quando se trata de

assuntos complexos. E este é o caso do Marxismo com relação à sociedade.

ANTECEDENTES DA OBRA DE MARX

Netto (1994, p. 10), esclarece que no século XIX ocorre “[...] entre a preparação ideológica da Revolução Francesa e as sublevações operárias de 1848 [...]”, a consolidação de um processo social com origem na Idade Média por meio do qual a sociedade burguesa se instaura com seu perfil já definido. Ao mesmo tempo em que ocorrem profundas mudanças no modo de exploração de recursos naturais e, portanto, da produção de bens (o que, segundo o autor, convencionou-se chamar de Revolução Industrial), também se identificou drástica transformação no controle dos mecanismos de poder, surgindo então o que ele chama de “mundo burguês”.

Este mundo burguês é constituído por uma cultura inédita e que traz uma arte peculiar, além de apresentar o conhecimento científico da natureza relacionado estreitamente à produção, de ter economia e sociedade organizadas de modo particular, se identificadas como submetidas a uma estratégia global da valorização do capital e da vida social e de caracterizar-se por um novo padrão centralizado na civilização urbano-industrial.

A preparação para tal mundo teria se caracterizado, desta forma:

[...] pela destruição brutal de antigos modos de vida, pela substituição de modelos anteriores de controle social, pela supressão a ferro e fogo das formas de organização societárias precedentes (NETTO, 1994, p. 11).

Mas mesmo este mundo burguês sendo “problemático” também se abriu, do ponto de vista do autor (1994, p. 12), “[...] uma etapa no desenvolvimento sócio-humano que, previamente, sequer seria vislumbrada.

A constituição da sociedade burguesa teria envolvido, fundamentalmente, a luta de classes, principalmente na primeira metade do século XIX quando:

[...] as insurreições proletárias de 1848 e sua repressão pela burguesia (associada à nobreza que ela viera de derrocar) liquidaram as “ilusões heróicas” da Revolução Francesa e puseram a nu o caráter opressor da organização social dela derivada. O movimento dos trabalhadores urbanos, embrionário no final do século 18, avançando por diferentes e sucessivas etapas, transita do protesto negativo em face da exploração capitalista para um projeto político positivo de classe: a revolução socialista. A partir daí, é possível ao proletariado colocar-se como sujeito histórico-político autônomo (NETTO, 1994, p. 12).

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

O autor (1994, p. 12) explica que, ao consolidar-se, no início do século XIX, a sociedade burguesa além de “[...] plasmar um novo modo de vida, também cria os parâmetros para outras formas de pensamento”, isto é, para outras matrizes culturais. E estas matrizes, essas formas de pensamento nascem ligadas à uma questão base que é, justamente, a revolução proletária.

É diante da questão da revolução proletária tal como foi aqui esclarecida que, ainda de acordo com Netto (1994, p. 13), “[...] se articula e define o pensamento sobre a sociedade próprio do mundo burguês”, o qual “[...] valoriza racionalidade, sustenta que a realidade pode ser concebida e que não há motivos para escamotear as contradições que nela surgem”.

Existia paralelamente a este pensamento um protesto qualificado pelo autor como “romântico” que através do questionamento da “vulgaridade” da sociedade burguesa desvencilhava-se das problemáticas sociais daquele momento concentrando-se na idealização da Idade Média.

Dentro destes esclarecimentos, a evolução da sociedade burguesa aparece dividida em dois períodos: Antes de 1848 (quando o pensamento ainda se vincula à revolução) e depois de 1848 (quando contrasta com a revolução) e, desta forma, acaba por resultar num fenômeno histórico que corresponde a:

[...] intercorrência, no fim da primeira metade do século 19, de um específico movimento cultural com um específico componente sociopolítico – a intercorrência da cultura produzida pelos melhores intelectuais do Ocidente (dos iluministas a Smith, Ricardo, Goethe e Hegel) com as demandas sócio-econômicas e políticas dos operários euro-ocidentais. Trata-se do decisivo encontro do universo da cultura com o universo do trabalho, a cultura como conhecimento e projeção da sociedade, os representantes do trabalho como agentes revolucionários (NETTO, 1994, p. 14-15).

Diretamente com relação à obra de Marx, para finalizar o assunto sobre suas implicações culturais e políticas, o autor (1994, p. 15) sublinha que “[...] a construção teórica de Marx é um componente das muitas formulações que, ao tempo, se estruturavam no seio do movimento operário – quer dizer: este movimento era (e é) mais abrangente que a sua expressão teórica [...]”.

Já com relação à viabilização que o modo histórico-social exerceu sobre o desenvolvimento da reflexão de Marx é preciso inicialmente explicar que “[...] a compreensão teórica rigorosa da sociedade só é possível à medida que o ser social pode aparecer aos homens como algo específico”, isto é, como **ligado** à natureza, possuidor

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

de específicas estrutura, dinâmica e regularidades. Se assim não ocorre e o ser social aparece como igual ou parte do ser natural ele será analisado somente “[...] com analogias e transferindo para o plano da sociedade concepções que só são válidas para o plano da natureza” (Netto, 1994, p. 16).

Isto significa que é só com a constituição da sociedade burguesa que o ser social aparece como diferente do ser natural (da natureza), sendo tal identificação assinalada por Marx, quando defende que:

[...] a sociedade burguesa (o capitalismo) “socializa” as relações sociais: estas podem ser apreendidas pelos homens não como resultantes de desígnios e vontades estranhos à eles, mas como produto de sua interação, de seus interesses, de seus conflitos e de seus objetivos. Na sociedade burguesa, o processo social – ao contrário das sociedades precedentes – tem características tais que os homens podem percebê-lo como fruto de suas ações e desempenhos. Em síntese: é na sociedade burguesa que os homens podem compreender-se como atores da sua própria história (NETTO, 1994, p. 16-17).

Mas em contrapartida é também na sociedade burguesa (como também ocorreu nas suas precedentes), a qual se baseia na exploração e pressão da maioria pela minoria, que existem mecanismos que, para legitimá-la o mínimo possível, ocultam esta questão da exploração e da opressão. Tais mecanismos corresponderiam a “[...] alienação e reificação, conectadas ao ‘fetichismo da mercadoria’, que Marx estudou especialmente no primeiro capítulo d’ *O Capital* [...]” (Netto, 1994, p. 17).

Dentro deste raciocínio de exposição identifica-se que, de fato, a sociedade burguesa não se sustenta sem os mecanismos citados, os quais “[...] acabam por criar uma aparência coisificada da realidade social”, pois afinal, esta aparência esconde que “[...] os fenômenos são *processos* [...] porque os mostra na forma de coisas como, por exemplo, o capital na forma de dinheiro ou equipamentos quando na verdade ele é uma relação social, isto é, mostra os fenômenos sociais como alheios aos homens e as suas relações” (Netto, 1994, p. 17).

É neste sentido que se apresenta uma contradição real, já que:

[...] a sociedade burguesa, ao mesmo tempo que abre a possibilidade para tomar o ser social tal como ele é (processo que tem regularidades próprias), bloqueia esta apreensão. Quer dizer, simultaneamente à chance de uma teoria social verdadeira, que apanhe o caráter e a dinâmica da sociedade, coloca-se o conjunto de mecanismos que a obstaculizam (NETTO, 1994, p. 17).

Finalizando os pressupostos que originaram a obra de Marx, resume-se que:

UNIP – Universidade Paulista Estudos Políticos e Sociais

Em meados do século 19, estavam dados os pressupostos para a emergência de uma teoria social capaz de apreender a estrutura íntima da sociedade burguesa – a tradição cultural acumulada desde o Iluminismo, a visibilidade do ser social como tal e um movimento revolucionário a partir de cujos interesses de classe era possível ultrapassar a aparência coisificada dos fenômenos sociais. Marx é o pensador que funda esta teoria, num processo intelectual em que, legatário daquela tradição, ele inaugura um modo radicalmente novo de compreender a sociedade burguesa – compreendê-la para suprimi-la (NETTO, 1994, p. 18).

E ainda:

A teoria social de Marx, pois, tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua ultrapassagem revolucionária: é uma teoria da sociedade burguesa sob a ótica do proletariado, buscando dar conta da dinâmica constitutiva do ser social que assenta na dominância do modo de produção capitalista. Sua estreita relação com o movimento operário, aliás, não é externa. Antes, é uma relação interna e orgânica: a obra marxiana concretiza, no plano teórico, o ponto de vista sociopolítico de classe do proletariado. Conhecimento do mundo burguês, vinculada umbilicalmente ao projeto revolucionário, a teoria social de Marx é uma daquelas matrizes culturais do mundo contemporâneo a que inicialmente fizemos referência (NETTO, 1994, p. 19).

EM PARALELO: AUGUSTE COMTE³

Em paralelo às concepções de Marx e suas variantes, há uma visão de mundo que de acordo com Catani (1988, p. 63) “[...] pretendia endossar a idéia segundo a qual o desenvolvimento capitalista tem o caráter de um desenvolvimento em contínuo progresso e expansão”, ou seja, que defendia a idéia de que era possível “[...] através desse sistema econômico capitalista, alcançar ‘a riqueza das nações’ e a felicidade geral”.

A partir de tal ponto de vista há a proposta de um modelo, cujo:

O sujeito da economia não era o Estado, mas sim o indivíduo concorrendo com outro indivíduo: indivíduo proprietário, livre para fazer o que bem entendesse com suas propriedades. De acordo com o programa liberal, o livre jogo espontâneo do mercado permitiria uma expansão indefinida das forças produtivas, o que acabaria redundando em um progressivo enriquecimento de todos os membros das nações, uma vez que todas elas iriam beneficiar-se com a extensão dessa liberdade (CATANI, 1988, p. 64).

Trata-se, portanto, de um:

³ Para maiores esclarecimentos consultar COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2005 e LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

[...] otimismo revolucionário de uma burguesia em plena ascensão e em absoluta comunhão de seus interesses com os de toda a nação. Este otimismo econômico prolongou-se, no século XIX, com um otimismo científico e tecnológico que era também herança daquele século das luzes que acreditava no desenvolvimento necessário [...]. A ideologia positivista, de Saint-Simon até Comte, traduz essa confiança segundo a qual a ciência – e a técnica como derivação desta – terminaria por libertar o homem de sua servidão à “superstição” (CATANI, 1988, p. 65)

TEORIA DA SOCIEDADE BURGUESA

Como teoria da sociedade burguesa, a obra de Marx apresenta-se como “[...] um complexo sistemático de hipóteses verificáveis, extraídas da análise histórica concreta, sobre a gênese, a constituição e o desenvolvimento da organização social que se estrutura quando o modo de produção capitalista se torna dominante” (Netto, 1994, p. 21).

Em linhas gerais esta teoria de Marx seria, portanto:

Resultante de um contexto sociopolítico determinado, ela é uma resposta aos problemas colocados pela sociedade burguesa e uma resposta de intervenção que tem como centro a classe operária. Estes dois aspectos são inseparáveis. É a partir da perspectiva da revolução que Marx pensa a sociedade burguesa; a prática política que pode conduzir à ultrapassagem desta sociedade fornece-lhe o ponto arquimediano do qual arranca a sua reflexão (NETTO, 1994, p. 22).

E, desta forma, a produção de Marx teria necessidades não só teóricas, mas também práticas no sentido de possibilitar “[...] a produção de um conhecimento vinculado explicitamente à transformação social estrutural” (Netto, 1994, p. 22).

Isto explicaria a evolução intelectual do pensamento de Marx como um processo crítico de incorporação de procedimentos e temas que inclui:

A concepção dialética (que recuperou de Hegel), a teoria do valor-trabalho (que tomou de Smith e Ricardo), a denúncia da miséria da vida sob o capitalismo e o apelo a uma nova ordem social (que encontrou nos chamados “socialistas utópicos”), o reconhecimento do papel histórico fundamental das lutas de classes (presente nos historiadores das revoluções burguesas) – todo este patrimônio é incorporado por Marx e só recebe um tratamento conclusivo à medida que seu próprio pensamento se clarifica. E esta clarificação vem no curso de confrontos com a realidade social da época, de acesas polêmicas com os socialistas contemporâneos e nela é primordial a colaboração com Engels (NETTO, 1994, p. 24-25).

As questões fundamentais sobre as quais Marx teria discursado seriam **ser e consciência sociais, produção social e organização sócio-cultural, ideologia e**

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

revolução. Dentro da primeira (ser e consciência sociais), Marx teria concebido o homem como:

[...] um *ser prático e social*, produzindo-se a si mesmo através das suas objetivações (a *práxis*, de que o *processo do trabalho* é o momento privilegiado) e organizando as suas relações com os outros homens e com a natureza conforme o nível de desenvolvimento dos meios pelos quais se mantém e reproduz enquanto homem (NETTO, 1994, p. 28).

Enquanto acerca da questão da *produção social e a organização sócio-cultural*, para Marx, a sociedade burguesa não é concebida:

[...] como um conjunto de partes que se integram funcionalmente (um todo), mas como um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente. É uma teoria que quer apanhar o *movimento constitutivo* do social – movimento que se expressa sob formas econômicas, políticas e culturais, mas que extravasa todas elas. Por isso, a análise da organização da economia (a crítica da economia política) é o ponto de irradiação para a análise da estrutura de classe e da funcionalidade do poder (a crítica do Estado) e das formulações jurídico-políticas (a crítica da ideologia). E a pesquisa destas dimensões do social remete à análise do movimento das classes etc. Compreende-se, pois, que em Marx exista uma *teoria* da sociedade burguesa que pouco tem a ver com as *ciências sociais* especializadas (economia, sociologia, etc.), ainda que opere com os mesmos materiais que servem de objeto a elas. Da mesma forma, fica óbvio que, na teoria marxiana, não há lugar para qualquer concepção fatorialista da sociedade ou da história (a predominância abstrata do “fator econômico” ou semelhantes) (NETTO, 1994, p. 30).

Relacionado ao aspecto da *revolução* o autor (1994) observa que há em Marx o procedimento que determina forte relação de dependência entre os fatos e as formulações sobre os mesmos e seu contexto, quando há ênfase, portanto, no fato de que:

A totalidade social é penetrada, em todas as instâncias, pelas incidências das contradições, que possuem seus próprios rebatimentos políticos e culturais. E as crises, em si mesmas, são uma condição da existência desta sociedade – e só são equacionadas no limite, pela *vontade política* das classes sociais fundamentais. O equacionamento dos capitalistas conduz à crescente barbarização social; o dos proletários, à supressão do sistema, à revolução que expressa seus interesses gerais (NETTO, 1994, p. 32).

Além de que:

Para Marx, a revolução exigia a ascensão do proletariado, à frente de um arco de forças antiburguesas, ao poder político: a desestruturação do Estado burguês abriria a passagem à nova ordem social – um período de transição denominado *socialismo*. Lapso de tempo para a reorganização da sociedade, com a supressão das classes sociais e seus fundamentos (especialmente a propriedade privada dos meios de produção) e do Estado como instância coatora, a transição socialista se caracterizaria como uma democracia de

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

massas (o que, umas poucas vezes, Marx chamou de “ditadura do proletariado”) e criaria os pressupostos para a “história da humanidade”, com a exploração do homem pelo homem convertida em mera lembrança (NETTO, 1994, p. 33-34).

E finalmente, sobre *a ideologia*, esclarece-se que na obra de Marx:

O sistema social burguês, todavia, engendra todo um ambiente psicossocial (um modo de pensar matizado pela alienação e pela reificação) que dificulta ao proletariado a descoberta dos seus verdadeiros interesses. A *consciência de classe* proletária só é alcançada mediante uma dramática luta contra as mistificações (na qual tem grande relevância o conhecimento veraz da realidade (NETTO, 1994, P. 32-33).

OBRA MARXIANA E MARXISMO

Faz-se necessário esclarecer que a obra de Marx não corresponde ao marxismo, sendo este originado em Marx. Feito isto, segue-se ao de maior expressão: o *marxismo-leninismo*.

MARXISMO-LENINISMO

Para Netto (1994, p. 48) a Revolução Russa muda o tom da história do marxismo a partir de sua consolidação, por meio da Segunda Internacional. Desta forma, os revolucionários “[...] chegando ao poder na Rússia czarista, devem organizar a economia e a sociedade de um país subdesenvolvido e arrasado pela guerra e pela intervenção estrangeira.

Desta maneira, os novos desafios que se apresentam aos revolucionários evidenciam que o conjunto de obras marxistas existente até aquele momento era insuficiente para aquilo que seria a “[...] construção de uma nova ordem social num país de capitalismo atrasado e periférico [...]” (Netto, 1994, p. 49). Tal evidência propulsiona vasta produção intelectual e grande movimentação cultural no sentido de orientar as práticas necessárias para a empreitada revolucionária.

Dentre as muitas produções que para o autor (1994) se destacam fora da Rússia (e assinalam um desdobramento em larga escala da movimentação marxista) está a elaboração do italiano Antonio Gramsci.

No entanto, Netto (1994) esclarece que a Rússia, por conta da não-unidade do movimento em sua totalidade (envolvendo outros países), fica isolada internacional e a revolução generalizada e agendada pela Internacional acaba por restringir-se ao

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

stalinismo, por meio do qual, segundo o mesmo autor:

[...] o marxismo dado à luz pela Segunda Internacional se converte numa ideologia de Estado – um discurso adequado para legitimar aparatos de poder. É evidente que esta conversão não foi simples nem linear, e aqui só importa assinalar o seu resultado. Já nos anos 30, o marxismo está *institucionalizado*: investido como ideologia oficial do Estado autocrático stalinista, ele se torna uma linguagem e uma estratégia de poder (NETTO, 1994, p. 51).

A vitória dos revolucionários russos impulsionou a Terceira Internacional (fundada por Lênin), cuja “[...] função de equalizar o pensamento comunista, de uniformizá-lo e homogeneizá-lo, segundo as fórmulas do marxismo institucionalizado” (Netto, 1994, p. 51) é cumprida.

É a partir deste esclarecimento que o autor (1994) periodiza o “nascimento” do marxismo balizado pela Segunda Internacional e sua institucionalização pela Terceira, visto que, do seu ponto de vista de análise, apesar de a Segunda e a Terceira Internacional estarem sob a “mesma constelação teórica”, há na última a “[...] diferença crucial de funcionar como legitimação de um poder de Estado e de incorporar como essencial a contribuição de Lênin” (Netto, 1994, p. 52).

Neste sentido, pretendia-se enfatizar a figura de Lênin como único “seguidor” legítimo de Marx e, daí, justifica-se o uso do termo “marxismo-leninismo” a medida que naquele momento histórico, segundo Netto (1994, p. 52) o significado de tal termo consistia na idéia de “[...] ‘concepção do mundo científica da classe operária’ e ‘teoria geral do partido marxista-leninista’”.

Tal doutrina englobaria tanto o **materialismo dialético** quanto o **materialismo histórico**. Como estudo da natureza e da sociedade o primeiro é identificado como melhor opção e, quando para isto aplicado, principalmente com relação à sociedade, “[...] examina as instituições como determinadas, ‘em última instância’, pela infraestrutura econômica” (Netto, 1994, p. 54).

Sendo mais explícito o autor declara que com o stalinismo:

[...] a teoria marxiana é situada como uma ciência geral do ser (o materialismo dialético) que pode ser estendida à sociedade (o materialismo histórico). É compreendida como variável de um método dialético (do qual estão ausentes as preocupações com a práxis, com a mediação, a totalidade e a negatividade, bem como as tensões entre o sujeito e o objeto) que estabelece uma filosofia materialista, determinista e finalista da história (o socialismo é uma “necessidade objetiva inelutável”). A implementação desta concepção, porque também vinculada à justificação ideológica de um aparelho estatal, redundou em procedimentos dogmáticos: hipóteses marxianas passaram a ser questões de fé e a relação entre a teoria e a prática

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

foi desnaturada em manipulação dos princípios de servir à apologia das iniciativas estatais – o *pragmatismo* invade o marxismo (NETTO, 1994, p. 54-55).

Segundo o autor (1994, p. 56), esta doutrina reduziu o legado de Marx à um conjunto de dicotomias que, de modo medíocre, simplificavam as contradições e coexistências da sociedade capitalista e se impôs por meio da persuasão e da repressão. Em contrapartida ele (1994) assinala que nem por isso deve-se perceber o momento stalinista, mesmo que somente seu ápice (dos anos 30 aos anos 50), como paralisação total de elaborações diferentes (para não dizer contrárias) às vigentes no stalinismo.

Segundo o autor (1994, p. 58), “na seqüência da derrota nazifascista e da libertação pós-1945, o marxismo oficial começa a experimentar seu declínio [...]”. Neste período realizaram-se formulações acerca de diversos fatores que envolviam “a construção das novas sociedades, nos países em que os comunistas assumiram o poder [...]” e, portanto, “[...] colocou a questão das *vias nacionais* para a transição socialista” (Netto, 1994, p. 58-59).

Agora é o marxismo institucionalizado que entra em crise e torna-se insuficiente frente à complexidade dos fenômenos da época e dos questionamentos que surgem com relação aos mesmos.

Deve ficar claro que a partir da crítica ao stalinismo e, conseqüentemente, da crítica e da crise do marxismo-leninismo que o primeiro representou (ou usou como representação), identifica-se como um dos resultados desta crise a frustração de alguns “herdeiros” do marxismo, os quais começaram a se organizar “[...] com uma leitura crítica de Marx – para enfrentar o marxismo-leninismo, acertar as contas com ele e ultrapassá-lo criticamente” (Netto, 1994, p. 60). Esta leitura é caracterizada pelo autor como “[...] um renascimento da reflexão comprometida com Marx e rompe com a ilusão (e/ou a pretensão) da existência de *um* marxismo, único, conclusivo, ‘puro’” (Netto, 1994, p. 61).

O “renascimento da reflexão comprometida com Marx” é melhor explicado como a “[...] história das experiências de transição socialista, a história das lutas operárias no Ocidente, a história dos movimentos de libertação dos povos que sofriam a opressão e a exploração coloniais e neocoloniais” (Netto, 1994, p. 63).

Visto que o marxismo-leninismo passa a não dar conta da complexidade do mundo que surge no segundo pós-guerra, bem como surge a crítica do stalinismo, as elaborações que visavam a análise dos fenômenos da época ampliam-se perpassando

UNIP – Universidade Paulista
Estudos Políticos e Sociais

por questões de outros processos revolucionários e pesquisas sobre o papel dos Estados pós-Revolução Russa, dentre outros.

Especificamente com relação às lutas operárias no Ocidente é preciso esclarecer que:

[...] o ponto fundamental residia na compreensão de por que o movimento socialista encontrava crescentes obstáculos para se expressar de forma revolucionária. Três ordens de problemas deviam ser enfrentadas para elucidar este ponto: as modificações na organização econômica capitalista, os mecanismos de inserção política do proletariado na sociedade burguesa e o papel desempenhado pelo Estado burguês. Na análise destas questões, a polêmica foi e continua acesa (NETTO, 1994, p. 64).

Não se faz necessário trazer aqui todas as discussões levantadas e alguns de seus aspectos particulares, mas sim que:

A abordagem do Estado, na angulação exigida pelas novas condições, supera o esquematismo do marxismo oficial. Mesmo com grandes diferenças entre si, os marxistas procuram entendê-lo não só como instrumento de coerção (o “comitê executivo dos interesses da burguesia”), mas ainda – na melhor tradição marxiana – como instrumento de organização do consenso político, que reproduz, em todos os níveis, as contradições sociais (Togliatti, Claudin, Miliband) (NETTO, 1994, p. 65-66).

É, portanto, que o autor (1994) apóia-se na afirmação de que:

No limite, o problema é implementar um projeto socialista revolucionário sem contar com a realidade histórica da nação e das classes sociais constituídas a partir da industrialização e da urbanização. No enfrentamento desta problemática, as contribuições não-europeias foram de vulto (Amílcar Cabral, Ernesto Guevara) e não estão devidamente avaliadas (NETTO, 1994, p. 67).

E assim, com todas as polêmicas e desdobramentos que surgem, “[...] as posições se diferenciam e o legado de Marx deixa de ser um território nitidamente demarcado para se colocar como um espectro muito rico em matizes e variações” (Netto, 1994, p. 70).

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, José Jobson de Andrade Arruda. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Ática, 1994.
- CATANI, Afrânio M. **O que é capitalismo**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de. **Processo de industrialização**. UNESP, 2003.
- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o ensino médio: História geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2005.